



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 1 de 10

Cópia de parte da

-----ATA N.º 24/2025-----

----- Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu, na Sala de Sessões do edifício dos Paços do Concelho, sita na Vila da Batalha, a Câmara Municipal da Batalha, para a realização da primeira reunião ordinária do executivo municipal do mandato 2025-2029, realizada após a instalação dos seus membros, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:

**Presidente:** ----- ANDRÉ EMANUEL BENTO SOUSA -----

**Vice-Presidente:** ----- NUNO AUGUSTO SILVA ALMEIDA -----

**Vereadores:** ----- RAUL MIGUEL DE CASTRO -----

----- ANA RITA ANDRÉ COSTA E SILVA CALMEIRO -----

----- CÍNTIA MANUELA DA SILVA -----

----- CÉLIA MARIA CUNHA FERREIRA -----

----- NUNO ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS -----

----- \*\* -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

(...)

----- \*\* -----

**DELIBERAÇÃO Nr. 2025/0501/G.A.P.**

**Ponto 10 – Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal MGD n.º 2729 de 06/11/2025**

----- Presente a proposta n.º 10/2025/GAP, emitida em 04/11/2025, pelo senhor Presidente da Câmara, André Emanuel Bento Sousa, que se transcreve:

----- «Considerando,

Que o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, define o regime, a organização e as competências dos órgãos das autarquias locais, nomeadamente dos órgãos representativos do município, *in casu*, a Câmara Municipal;

Que, nos termos dos artigos 33.º e 39.º do RJAL, a Câmara Municipal dispõe de competências materiais e competências de funcionamento, sem prejuízo das demais que lhe sejam conferidas por lei, incumbindo-lhe assegurar a prossecução das atribuições do município, nas diferentes áreas de intervenção pública local;

Que, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do RJAL, e em conjugação com o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual, é conferida à Câmara Municipal a possibilidade de delegar competências no seu Presidente, podendo este, por sua vez, subdelegar essas competências nos Vereadores ou nos Dirigentes Municipais, dentro dos limites e condições legalmente permitidos;



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 10

Que a delegação de competências constitui um instrumento de gestão administrativa previsto no ordenamento jurídico, destinado a assegurar maior celeridade, eficiência e racionalidade na tramitação dos procedimentos e na tomada de decisão administrativa, permitindo uma distribuição mais equilibrada de responsabilidades e uma melhor operacionalização das políticas municipais; --  
Que a prática da delegação contribui igualmente para o reforço da capacidade executiva dos serviços municipais, facilitando a gestão corrente e a execução atempada das deliberações do Executivo Municipal, sem prejuízo do necessário controlo político e institucional por parte da Câmara Municipal; -----

Que esta medida se encontra em consonância com os princípios da boa administração, da descentralização funcional, da eficiência e da proximidade aos cidadãos, consagrados no artigo 5.º do CPA e no artigo 267.º da Constituição da República Portuguesa;-----

----- Assim, face ao enquadramento legal e às razões de eficiência e boa gestão acima expostas, propõe-se que o Executivo Municipal aprecie e delibere delegar no Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegar nos Vereadores ou nos Dirigentes Municipais, conforme legalmente permitido, todas as competências identificadas em anexo à presente proposta. -----

----- «ANEXO -----

----- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

A — Ficam delegadas as seguintes competências: -----

1. Competências materiais previstas no n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro: --
  - d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações; -----
  - f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; -----
  - g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; -----
  - h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções; -----
  - I) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; -----
  - q) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; -----
  - r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; -----
  - t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 10

- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;-----  
w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;-----  
x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;-----  
y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;-----  
bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;-----  
cc) Alienar bens móveis;-----  
dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;-----  
ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;-----  
ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;-----  
gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;-----  
ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;-----  
jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;-----  
kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----  
ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;-----  
mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;-----  
nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;-----  
pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;-----  
qq) Administrar o domínio público municipal;-----  
rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;-----  
ss) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;-----  
tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;-----  
uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 10

- ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; -----  
xx) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados; -----  
yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; -----  
zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; -----  
bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado. -----

**2. Competências de funcionamento previstas no artigo 39.º:** -----

- b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal; -----  
c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros. -----

**B — Ficam também delegadas no Presidente da Câmara as seguintes competências:** -----

- 1. As previstas no Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, 29 de janeiro, na sua redação atual,** abrangendo a prática de todos os atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória, em especial: -----
- Prestar, por escrito e até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os esclarecimentos e retificação das peças do procedimento - artigo 50º n.os 2 e 3 do CCP; - -----
  - Pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites - artigo 61º n.º 5 do CCP; -----
  - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas - artigo 64.º n.º 4 do CCP; -----
  - Notificar os interessados da decisão sobre a classificação e desclassificação dos documentos que constituem a proposta - artigo 66.º do CCP; -----
  - Notificação da decisão de adjudicação - artigo 77.º do CCP; -----
  - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação - artigo 85.º do CCP; -----
  - Prorrogação do prazo para a confirmação de compromissos - artigo 92.º do CCP; -----
  - Dispensa de redução do contrato a escrito - artigo 95.º n.º 2 do CCP; -----
  - Exclusão do conteúdo do contrato de termos ou condições constantes na proposta adjudicatária - artigo 95.º n.º 4 do CCP; -----
  - Notificação da minuta do contrato - artigo 100.º n.º 1 do CCP; -----
  - Notificação dos ajustamentos ao contrato - artigo 103.º n.º 1 do CCP; -----
  - Notificação do dia, data, hora e local para a outorga do contrato - artigo 104.º n.º 3 do CCP; -----
  - Representação na outorga do contrato - artigo 106.º n.º 1 do CCP; -----
  - No procedimento de ajuste direto, escolha das entidades convidadas - artigo 113.º n.º 1 do CCP;
  - Exigência de apresentação de documentos de habilitação e fixação de prazo para a sua apresentação - artigo 126.º n.os 1 e 4 do CCP; -----
  - Prorrogação do prazo para apresentação de propostas - artigo 133.º n.º 7 do CCP; -----
  - Convite para participação no leilão eletrónico - artigo 142.º n.º 1 do CCP; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 5 de 10

- Decisão de aprovação de todas as propostas contidas no relatório final - artigo 142.º n.º 4 do CCP; -----
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das candidaturas - artigo 175.º n.º 4 do CCP;
- Decidir sobre a qualificação e notificá-la aos candidatos no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou no prazo fixado no programa do concurso - artigo 187.º n.º 1 do CCP; -----
- Decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, notificação a todos os candidatos e convite à apresentação de propostas - artigo 186.º n.º 4, 188.º e 189.º n.º 1 do CCP;
- Fixação dos prazos para a apresentação dos documentos relativos a trabalhos de conceção - artigo 230.º do CCP; -----
- Adiantamentos de preço – artigo 292.º do CCP; -----
- Autorização para a substituição da caução - artigo 294.º do CCP; -----
- Promover o cumprimento da obrigação de liberação das cauções prestadas como garantia de cumprimento de obrigações contratuais, prevista no artigo 295.º do CCP; -----
- Execução da caução - artigo 296.º do CCP; -----
- Aprovar a suspensão, total ou parcial, da execução das prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do disposto no artigo 297.º do CCP; -----
- Autorizar a liberação parcial de cauções, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, na sua atual redação; -----
- Promover a publicitação de modificações objetivas aos contratos, nas condições previstas no n.º 1 do artigo 315.º do CCP; -----
- Comunicação à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. de indícios dos atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência - artigo 317.º do CCP; -----
- Recusa de autorização à subcontratação - artigo 320.º do CCP; -----
- Nomeação de um diretor de fiscalização da obra - artigo 344.º do CCP; -----
- Consignar os locais onde os trabalhos devam ser executados, nos termos dos artigos 356.º e seguintes do CCP; -----
- Decisão sobre a reclamação ou sobre as reservas apresentadas e notificação ao empreiteiro - artigo 345.º n.º 5 do CCP; -----
- Aprovação do plano de trabalhos ajustado à consignação, no prazo de cinco dias após a notificação do mesmo pelo empreiteiro - artigo 361.º n.º 5 do CCP; -----
- Promover as notificações relativas à ordem, previamente aprovada, de execução de trabalhos complementares, de serviços complementares, prevista respetivamente no n.º 1 do artigo 371.º, alínea a), do n.º 3 do artigo 372.º e artigo 454.º do CCP; -----
- Aprovar a prorrogação do prazo de execução da obra, quando haja lugar à execução de trabalhos complementares, nos termos do disposto no artigo 374.º do CCP; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 10

- Promover as notificações relativas à ordem previamente aprovada, de supressão de trabalhos ou serviços a menos, prevista no n.º 1 do artigo 379.º do CCP; -----
- Ordenar a suspensão da execução dos trabalhos - artigo 365.º do CCP; -----
- Autorizar a suspensão da execução dos trabalhos - artigo 367.º do CCP; -----
- Proceder à medição de todos os trabalhos executados - artigo 387.º do CCP; -----
- Corrigir erros de medição, nas condições previstas no artigo 390.º do CCP; -----
- Notificação do empreiteiro da liquidação para efeitos de pagamento - artigo 392.º do CCP;-----
- Convocatória para a realização da vistoria para efeitos de receção provisória da obra - artigo 394.º do CCP;-- -----
- Convocatória para a realização da vistoria para efeitos de receção definitiva da obra - artigo 398.º do CCP;-- -----
- Aprovar as receções provisórias das obras, de acordo com o artigo 395.º do CCP;-----
- Decidir sobre reclamação apresentada pelo empreiteiro quanto ao conteúdo da conta final, conforme previsto no n.º 3 do artigo 401.º do CCP;-----
- Aprovar os Planos de Segurança e Saúde (PSS), e desenvolver os respetivos procedimentos, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, assim como os Planos de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PGRCD), ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (na redação vigente);-----
- Notificação da conta final ao empreiteiro - artigo 401.º do CCP;-----
- Remissão do relatório final da obra ao InCl, I.P. - artigo 402.º n.º 1 do CCP; -----
- Decidir sobre a notificação ao empreiteiro para apresentação de plano de trabalhos modificado, sobre a respetiva adequabilidade e determinar a posse administrativa da obra, bem como dos bens móveis e imóveis à mesma afetos, competências previstas, respetivamente, nos n.ºs 1, 2 e *ab initio* do n.º 3 do artigo 404.º do CCP;-----
- Notificação ao empreiteiro para a apresentação do plano de trabalhos modificado - artigo 404.º n.º 1 do CCP;--- -----
- Participar ao InCl, I. P., de quaisquer factos suscetíveis de constituir contra -ordenação prevista no decreto-lei - artigo 455.º n.º 2 do CCP.-----

**2. As competências previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, abrangendo a prática de todos os atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória, em especial:** -----

- Concessão da licença administrativa prevista no n.º 2 do artigo 4.º do RJUE (n.º 1 do artigo 5.º, n.º 1 do artigo 23.º e artigo 26.º); -----
- Decisão sobre o pedido de informação prévia, no âmbito do nº4 do art.º 5.º; nos termos do n.º 1 do artigo 16º; -----
- Emitir certidões, no âmbito do nº9 do art.º 6.º; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 10

- Decisão sobre o pedido de licença parcial para construção da estrutura (n.º 6 do artigo 23.º); -----
- Decisão sobre o pedido de alterações à licença de loteamento, no âmbito do n.º 8 do artigo 27.º); -----
- No que se refere às parcelas de terreno cedidas ao município e que se integram no domínio municipal, definir no momento da receção as parcelas afetas aos domínios público e privado do município (n.º 3 do artigo 44.º); -----
- Alteração, por sua iniciativa, das condições da licença ou comunicação prévia de operação de loteamento, desde que tal alteração se mostre necessária à execução de plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária ou área crítica de recuperação e reconversão urbanística (n.º 1 do artigo 48.º); -----
- Alteração, por sua iniciativa, das condições da licença ou comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos e com os fundamentos estabelecidos no artigo 48.º (n.º 7 do artigo 53.º); -----
- Determinar o reforço do montante da caução prestada (tendo em atenção a correção do valor dos trabalhos por aplicação das regras legais e regulamentares relativas a revisões de preços dos contratos de empreitada de obras públicas, quando se mostre insuficiente para garantir a conclusão dos trabalhos, em caso de prorrogação do prazo de conclusão ou em consequência de acentuada subida no custo dos materiais ou de salários) ou a sua redução, em conformidade com o andamento dos trabalhos a requerimento do interessado (n.º 4 do artigo 54.º); -----
- Decisão sobre o pedido de prorrogação do prazo no âmbito dos pontos 4 e 5 do art.º 58.º; -----
- Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º do RJUE (n.º 5 do artigo 71.º); -----
- Decisão sobre o pedido de Renovação da licença ou comunicação prévia previstas no artigo 72.º do RJUE; -----
- Revogação da licença ou da admissão de comunicação prévia (n.º 2 do artigo 73.º); -----
- Promover a realização das obras por conta do titular do alvará ou do apresentante da comunicação prévia (n.º 1 do artigo 84.º); -----
- Acionar, reforçar ou reduzir as cauções referidas nos artigos 25.º e 54.º do RJUE (n.º 3 do artigo 84.º); -----
- Proceder ao levantamento do embargo que possa ter sido decretado ou, quando se trate de obras de urbanização, emitir oficiosamente alvará, logo que o Município se mostre reembolsado das despesas efetuadas nos termos do artigo 84.º do RJUE (n.º 4 do artigo 84.º); -----
- Deliberar sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão e o decurso do prazo de garantia, respetivamente (n.º 1 do artigo 87.º); -----
- Determinar, oficiosamente ou a requerimento de interessado, a execução das obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou salubridade, nos termos do n.º 2 do artigo 89º; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 10

- Ordenar precedida de vistoria a demolição ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, no âmbito do n.º3 do art.º 89.º; -----
- Ordenar a realização de vistorias para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 90º;-----
- Quando o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º ou não as concluir dentro dos prazos que para o efeito lhe forem fixados, tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata (n.º 1 do artigo 91.º); -----
- Ordenar o despejo sumário dos prédios ou parte de prédios nos quais haja de realizar-se as obras referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do RJUE, sempre que tal se mostre necessário à execução das mesmas (n.º 1 do artigo 92.º); -----
- Contratar com empresas privadas habilitadas a efetuar fiscalização de obras a realização das inspeções a que se refere o artigo 95.º do RJUE, bem como as vistorias referidas no artigo 64.º do mesmo diploma (n.º 5 do artigo 94.º);-----
- Promover a realização dos trabalhos de correção ou alteração por conta do titular da licença ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos dos artigos 107.º e 108.º do RJUE, no caso de obras de urbanização ou de outras obras indispensáveis para assegurar a proteção de interesses de terceiros ou o correto ordenamento urbano (n.º 3 do artigo 105.º); -----
- Aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei (n.º 2 do artigo 108.º); -----
- Determinar o despejo administrativo, quando os ocupantes dos edifícios ou suas frações não cessem a utilização indevida no prazo fixado (n.º 2 do artigo 109.º); -----
- Providenciar pelo realojamento nas situações referidas no n.º 3 do artigo 109.º do RJUE (n.º 4 do artigo 109.º); -----
- Autorizar o pagamento fracionado das taxas, conforme previsto no n.º 2 do artigo 117º. -----

**C — Ficam ainda delegadas no Presidente da Câmara as seguintes competências previstas nouros diplomas legais:** -----

- 1. Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro:** -----
- A emissão de licença para a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados para a prática do campismo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º; -----
  - Licenciamento do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º; -----
  - Licenciamento do exercício da atividade de fogueiras, no âmbito do n.º 2 do artigo 39º; -----
  - A instrução de processos de contraordenação, no âmbito disposto no n.º 1 do art.º 50.º-----

- 2. Competências no âmbito da proteção civil:** -----
- Notificação para a gestão de combustíveis – n.º 4 do art.º 15.º do D.L. n.º 124/2006, de 28/06, na redação atual;-----
  - Execução coerciva dos processos de gestão de combustíveis - n.º 5 do art.º 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28/06, na redação atual;-----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 9 de 10

- Autorização prévia para a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, durante o período crítico, em todos os espaços rurais - n.º 2 do art.º 29º do D.L. n.º 124/2006, de 28/06, na redação atual; -----
- Levantamento dos autos de contraordenação - n.º 1 do art.º 40º do D.L. n.º 124/2006, de 28/06, na redação atual;-----
- Licenciamento de ações de destruição do revestimento vegetal, aterro e escavação – n.º 1 do art.º 1.º do D.L. n.º 139/89, de 28/04;-----
- Instrução dos processos de contraordenação e aplicação de coimas – n.º 2 do art.º 3.º do D.L. n.º 139/89, de 28/04; -----
- Ordenar a cessação imediata das ações - n.º 1 do art.º 5º do D.L. n.º 139/89, de 28/04;-----
- Emissão de parecer no âmbito do Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização – n.º 1 do art.º 9º do Decreto-lei n.º 96/2013, de 19/07, na sua redação atual;---
- Intimação para realizar beneficiações, reparações ou limpezas necessárias nos terrenos confinantes com as vias municipais – art.º 74.º da Lei n.º 2110/1961, de 19/08. -----

**3. Competências no âmbito do IMI** -----

- Emissão de certidões de ruína para efeito de avaliação do IMI, no âmbito do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----
- Proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de março de cada ano, para posterior comunicação, nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 112.º do CIMI. -----
- Proceder à comunicação dos prédios ou frações autónomas em ruínas, nos termos do previsto no n.º 16 do art.º 112.º do CIMI, para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3 do artigo. -----
- Remeter ao Serviço de Finanças todos os elementos necessário à avaliação dos prédios, conforme disposto no n.º 1 do art.º 128.º do CIMI.-----

**4. Outras competências:** -----

- A emissão de parecer, no âmbito do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02/09 - Lei sobre as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (aumento do n.º de compartes);-----
- A emissão de parecer prévio de localização, no âmbito do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 270/2001 de 6 de outubro, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras; -----
- Delegar no Senhor Presidente da Câmara a designação do responsável pela instrução administrativa dos processos de execução fiscal, no âmbito da competência para a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas, encargos de mais-valias e outras receitas de natureza tributária que o Município deva cobrar, aplicando, para o efeito o Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), atento o exposto na alínea c) do artigo 15.º



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 10

do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro.

- O pagamento em prestações de taxas e ou receitas municipais, no âmbito do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 18.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 31 de 13/02/2017 (Regulamento n.º 90/2017).
- A redução ou isenção do pagamento de taxas nas situações constantes do artigo 23.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, atualmente em vigor no Município da Batalha, no âmbito do disposto no n.º 14 do referido artigo 23.º.

**A Câmara Municipal apreciou e deliberou, por maioria, com seis votos a favor e um voto contra, delegar no seu Presidente, com a faculdade de subdelegar, todas as competências supracitadas, nos termos propostos e legalmente previstos.**

Votou contra a senhora Vereadora, Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, eleita pelo Partido CDS-PP, alegando que «estamos a delegar posteriormente à delegação dos pelouros que o próprio presidente já fez nos senhores Vereadores. O n.º de registo do MGD da presente delegação de competências é o 2729, quando o da delegação de pelouros nos senhores Vereadores é o 2722. Por uma questão de critério e de rigor, voto contra.»

\*\*

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, 17/11/2025

O Presidente da Câmara Municipal

(André Emanuel Bento Sousa)